

PMS	PMU	PMU
BIBLIOTECA		
Atendo		
Data		
09/12/2006		
Caderno		
Sala de Registros 04		
Assunto		
Defesa Civil		

INFRA-ESTRUTURA | Frente fria que causou mortes e desabamentos na região sudeste deve chegar a Salvador na próxima semana

Aprensão nas áreas de risco

DANILE REBOUÇAS E MEIRE OLIVEIRA
dreboucas@grupopos.com.br
moliveira@grupopos.com.br

Um mês depois das fortes chuvas que atingiram a capital baiana e fizeram três vítimas fatais, uma nova frente fria pode chegar a cidade. Esta semana ela incidirá no Sudeste do País, causando mortes e deixando famílias desabrigadas em Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. De acordo com o chefe da seção de previsão do tempo do Instituto Nacional de Meteorologia-Inmet de Recife (PE), Ednaldo Correia de Araújo, há grandes chances de ela se deslocar para a Bahia na próxima semana. Da média de 132 milímetros de chuva esperada para este mês em Salvador, há o registro de um volume de apenas 6,9 milímetros até ontem.

Caso esta frente fria avance com a mesma intensidade da que causou estragos em vários pontos da capital na segunda semana de novembro, muitas famílias correm o risco iminente de ficarem desabrigadas. Desde o mês passado, que a TARDE denuncia a situação das encostas com moradias irregulares e riscos de deslizamento, assim como acompanha o drama das famílias e pouca coisa mudou.

Na terceira etapa de Castelo Branco, local onde ocorreram três mortes, a retirada de parte da vegetação e colocação de uma lona já rasgada pela ação do tempo são as únicas ações realizadas depois de um mês do acidente. O irmão da vítima Davilane Oliveira, Iralton Santos Oliveira, 32 anos, só contou com uma ajuda de custo no valor de R\$ 540, oferecida pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) para custear o enterro do sobrinho. Carlos Daniel Gonçalves de Oliveira, do cunhado e da irmã. "Ainda estou pagando quatro parcelas de R\$ 189. É muita falta de humanidade. Eles não procuraram ninguém da família nem para dar a palavra de apoio. A prefeitura já esqueceu o que aconteceu. Ninguém foi lá e não fizeram mais nada", desabafou Iralton.

A casa de Izaltina Santos, na Via Regional, que foi parcialmente destruída pelo deslizamento de uma encosta, continua abandonada, cheia de barro por dentro, no lado e nos fundos, com um esgoto correndo a céu aberto na frente. Apenas seus cachorros habitam a residência. O dono da botacharia que deu abrigo imediato para ela, após o incidente, Germano Mendes, não hesita em dizer que "continua tudo a mesma coisa, o mesmo sofrimento". A filha de Izaltina, Nalana dos Santos (18 anos) informa que a mãe continua trabalhando com reciclagem e se virando pa-

ra pagar o espaço alugado para morar, a oito casas do endereço antigo. "Se não tem dinheiro, como é que vai começar a reconstruir a nossa casa?", questiona. O irmão mais velho, que tem problemas mentais, permanece internado desde o desabamento.

Em Narandiba, entrando pela Travessa São Paulo, onde um deslizamento de terra atingiu três casas, que ficaram dominadas pela lama, e mais três foram condenadas, os relatos continuam os mesmos. A falta de condições financeiras para recomendar o zero faz com que os moradores permaneçam no local. Claudinei Silva e Silva, vizinho de Everaldo Nascimento e José Souza Sodré (conhecido como Nariga), que tiveram a residência destruída, conta que eles sairão de casa somente nos dias de chuva, mas retornaram logo que o tempo mudou. "Seu Nariga ainda nem tirou o barro de dentro de casa, mas dorme aí assim mesmo", ressalta Claudinei.

O plano municipal diretor de encostas estimou, em 2004, que seria necessário um investimento de R\$ 160 milhões para sanar o perigo de acidentes em 1.070 pontos inseridos em 433 áreas de risco. Conforme matéria publicada em a TARDE em 17 de novembro, este ano a prefeitura havia investido apenas 75% dos R\$ 4 milhões que estavam destinados para este fim. Em outubro passado, o órgão recebeu R\$ 1,5 milhão do governo federal que, segundo o superintendente de urbanização da capital, Adriano Peixoto, serão utilizados em obras até abril de 2007. A reportagem tentou contato com o superintendente para atualizar os números, mas não teve retorno.

Em 2005, dos ideais R\$ 16 milhões para investimento, Salvador contou com apenas R\$ 5 milhões (R\$ 4 milhões da prefeitura e R\$ 1 milhão do governo federal). Para 2007, a expectativa é de R\$ 5 milhões de verbas municipais para realização de obras que evitem ou amenizem o problema das chuvas. A prefeitura aguarda uma contribuição financeira maior do governo federal, para o qual já enviou projeto, através do Ministério da Integração e das Cidades.

PREVISÃO - Para este fim de semana, em Salvador, o Inmet prevê tempo parcialmente nublado com possibilidade de pancadas isoladas de chuva. A temperatura mínima esperada é de 23º C e máxima de 31º C. No sul, sudoeste e oeste do Estado o tempo ficará nublado, com pancada de chuvas e trovoadas. Estas serão provocadas pela frente fria, que está estacionada há três dias no Sudeste do País.

Auxílio da Sedes não resolve problema da falta de moradia

A demora nas ações governamentais efetivas é muito bem percebida pela dona-de-casa Maria do Carmo Santos de Melo, 49 anos, que desde 2004 espera intervenção da Defesa Civil. O órgão colocou uma lona atrás da casa, em São Cristóvão, quando ela perdeu o banheiro e a cozinha por causa do deslizamento de um barranco.

Na época, ela recebeu dois dos três meses do auxílio-moradia prometidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes) e, segundo conta, teve que voltar a morar na antiga casa. Até hoje, a família tem o sono interrompido toda vez que começa a chover. A filha mais velha, Mariana Santos, 18 anos, evita sair de casa quando o tempo muda. "Toda vez que fica nublado, imagino passar por tudo de novo. Temos que preparar a vassoura, os baldes e empurrar os móveis para não perder o que ainda resta. A lona que a Codensal colocou em 2004 está toda rasgada e só serve para a gente usar no telhado".

O vizinho de Mariana, José Ferreira, 44 anos, também não acredita mais nas promessas. "É só cheiro mau. Na última chuva, o pessoal da Codensal chegou de

carro e nem desceu para olhar o que estava acontecendo. Fez o retorno no início da rua e foi embora. Nem gastou meu tempo ligando para eles. Não adianta. Eu ainda estou morando de favor com minha filha e o marido dela. Tudo que comprei com meu suor se foi com a lama", disse.

De acordo com o coordenador de assistência da Sedes, Adilton Roque, as famílias que têm prejuízos com as chuvas recebem a notificação para se cadastrar no programa de auxílio-moradia da Sedes. Mas, segundo ele, depois que a chuva passa, as pessoas passam a dar prioridade para outras coisas e não desocupam os imóveis. "O nosso trabalho é fazer a inserção, cabe a cada um fazer o que achar melhor. Independente de qualquer coisa, vale destacar que o programa da Sedes é paliativo e atende no máximo a uma necessidade emergencial. A maioria das pessoas que têm direito ao benefício o utilizam para gastos com alimentação, desconsiderando a situação de risco", alega Adilton.

Mesmo assim, das 35 famílias notificadas pela Defesa Civil nas chuvas de novembro, dez não apareceram para solicitar a bolsa de R\$ 100 durante três meses.



Na 3ª Etapa de Castelo Branco, as únicas ações preventivas foram a retirada de parte da vegetação e colocação de uma lona rasgada



Mariana Santos aponta entulho que deslizou para dentro de seu quintal e diz temer novas chuvas

#

10

das 35 famílias desabrigadas pelas últimas chuvas não compareceram para solicitar o auxílio-moradia.

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Social

Vítimas de áreas habitáveis devem ter indenização

Os estragos causados às famílias pela chuva com os deslizamentos de terra, falta de contenção de encostas, redes de drenagem, entupimento de canais ou qualquer outro fator relacionado à ausência de ações de saneamento e planejamento municipal pode ser ressarcido pela prefeitura. O advogado César Santos, especialista em área pública, direito civil e criminal, esclarece que se a área habitada que foi atingida estiver prevista no plano de ocupação urbana da cidade, ou seja, não corresponda a uma invasão, o morador tem direito a receber uma indenização da prefeitura.

Se houver morte, um parente deve ganhar um valor que mantenha, ao menos, o padrão de vida levado anteriormente pelas vítimas. "Caso contrário, a prefeitura não pode responder sobre uma área que foi construída consciente da possibilidade de reverter a situação da obra. Nesta situação, a culpa é de quem edificou", reitera.

Para ter a comprovação de quem é a responsabilidade, César Santos explica que é preciso a realização de uma perícia judicial, que deve ser feita através de um advogado. Este pode ser contratado gratuitamente pela população carente através da defensoria pública do Estado, nos balcões de justiça das faculdades ou mesmo na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Bahia. "A ação é fácil e tranquila. A depender do advogado que pegar o caso, pode resolvê-lo em seis meses. Agora cabe à população procurar pelo serviço", destaca.